

# **HISTÓRIA DA ARQUITETURA GREGA**

## **A CIDADE DE TRÓIA**

**Prof. Dr. Celso Lomonte Minozzi**

### **RESUMO**

O autor enfoca neste texto a Arquitetura Grega a partir de sua Pré-História, tendo como centro a cidade de Tróia e o estudo do poema homérico e dos resultados das escavações na Turquia abrindo uma oposição entre os textos escrito e construído. Desenvolve, por esta ideia, uma discussão sobre o real e o imaginário gerados pelos poemas homéricos e pelas escavações de Schliemann na construção de aspectos sociais diferentes. Propõe articular uma narrativa histórica aberta e descontínua apoiada nesta contradição.

**PALAVRAS CHAVES:** Arquitetura Grega, História, Tróia, Teoria da Arquitetura.

### **ABSTRACT**

The author in this paper focuses on the Greek architecture from its prehistory, centered in the city of Troy and the study of the Homeric poem and the results of excavations in Turkey opening up an opposition between the written text and the built environment. Develops through this idea, a discussion of the real and imaginary generated by the Homeric poems and the Schliemann excavations and the construction of different social aspects in this contradiction.

**KEY WORDS:** Greek Architecture, History, Troy, Theory of Architecture.

### **Introdução**

Tróia é a cidade mítica da *Ilíada* de Homero e ao mesmo tempo é uma cidade real própria da história da arquitetura grega. Esta dualidade indica uma condição de dissociação que, provavelmente, nunca venha a ser retirada. Quanto mais se pesquisa sobre esta cidade Homérica mais se distanciam a cidade simbólica da cidade real, ao mesmo tempo que esta distância propõe uma tensão tão particular para a compreensão de Tróia que ambas se tornam pontos relevantes como marco da história da civilização grega e ocidental.

Situada em Hissarlik, na Turquia, em uma colina a sudeste do Helesponto, contém, nos seus assentamentos, pelo menos nove fases da cidade que abrigaram uma civilização desde antes do Segundo Período Minóico Médio, ou 2.200 anos AC, até o Terceiro Período Minóico Recente, de 1.400 a.C a 1.250 a.C. A batalha entre os gregos micênicos e os troianos- a guerra de Tróia - acontece em 1180 a.C.

A empresa armada que destruiu a cidade de Tróia foi contada ao longo dos séculos e encontrou sua forma definitiva com a intrigante figura de Homero, aedo, cantor das histórias da guerra ,e a imagem do gênio humano que se emoldura nos versos da Ilíada. Mais de quatrocentos anos separam a guerra e a cidadela de Tróia da Ilíada de Homero. Esta separação expõe a arte metafórica ,e a literatura-história expõe o pensamento humano como uma dobra sobre si-mesmo.

O homem grego contou o seu passado ao mesmo tempo que cantava o seu futuro. A dualidade da cidade-cidadela mostrará o fim de uma civilização e o início de outra.

A Tróia cantada por Homero não foi a manutenção da cidade histórica, mas foi a reinvenção desta mesma cidade e a invenção, numa forma de história com seus valores míticos e sociais, de uma Grécia que estava surgindo e que estava para desenvolver os valores da Paidéia e da polis.

Os ecos do passado que fizeram Homero constituir a imagem de Tróia sitiada permitiram a invenção grega da cidade, uma instituição permanente do exercício do discurso e da presença da assembléia. Tróia escavada e encontrada como sítio real não contém os espaços possíveis para esta instituição, não é uma cidade, é uma fortificação. Esta é a base da relação de Tróia como cidade e como cidadela, como instituição do mundo grego e como fortificação real da história vivida.

Homero contou sua história e participou na invenção da Grécia.

Esta é a base deste recontar a história, perceber os ecos do passado e imaginar nosso próprio tempo.

### **Articulação conceitual**

Este artigo sobre a Arquitetura Grega Clássica foi escrito tendo a cidade de Tróia como elemento de referência para esta ação de recontar a história. Foram tomadas por base as discussões desenvolvidas na primeira fase da pesquisa (texto de 2000), na qual foi

indicado um caminho não linear para a compreensão da história. Os fatos relatados não são compreendidos como a história em si, mas a forma de contar a partir da estrutura da narrativa. Contar a história é determinar um campo de informações que não estão alinhadas, mas apenas agrupadas, formando um conjunto que determine um grau de inteligibilidade, cuja estrutura final deve pertencer ao leitor e não ao escritor.

Deste modo a cidade aparece como este conjunto informacional, analogamente compreendido como o território da cidade, tanto físico quanto espiritual. Pertencem ao modo de narrativa elementos como a civilização, a cidade, o edifício, a técnica construtiva, a paisagem. Estão retratados ao longo do texto ou se encontram separados em campos próprios.

A estrutura inicial pretendida foi a de um campo de informações abertas com claro apelo pessoal de quem escreve, ao lado de campos de informação, entendidos como campos técnicos, de expressão impessoal, como técnica construtiva, paisagem ou civilização, que deveriam ser publicados lateralmente ao texto pessoal, sem continuidade.

Pela forma desta publicação, a opção foi concentrar estas informações em três blocos principais, dois técnicos, que tratam a Tróia histórica e real, e um que desenvolve o caráter simbólico da cidade e sua influência no desenvolvimento do pensamento e da cidade gregos.

O leitor é compreendido como um agente no entendimento final da narrativa e para isto dois pontos foram tomados como principais na escrita.

O primeiro é o caráter pessoal de uma parte do texto, de tal forma que se iniba o padrão científico da narrativa, a confrontação da personalidade do escritor com a personalidade do leitor convida a uma crítica contínua e a uma reconstrução do entendimento final.

O segundo é a descontinuidade dos campos, o que permite ao leitor começar por onde quiser ou mesmo selecionar a leitura. Esta forma desconstruída do texto histórico tem exatamente esta intenção: a abertura crítica e recriação do texto na ação da leitura.

A cidade tomada como campo desta narrativa é a sua imagem, reconstruída pela escrita histórica, não fundamentada na sua própria realidade, mas resultado das relações pelo que a cidade é e não é. A síntese jamais está pretendida no texto, apenas uma exposição franca do universo tratado. Para tanto há alguns apoios bibliográficos que são estruturais.

A imagem da cidade e sua representatividade existencial está apoiada na leitura do livro “A História da Arte como História da Cidade”, do ensaísta e crítico de arte Giulio Carlo Argan pelo Editorial Laia com edição de 1984 e no livro “A Cidade na História”, de Lewis Mumford, Editora Itatiaia de 1965. A relação proposta por estes dois autores da cidade como reflexo direto da natureza humana é a base que uso para fundamentar a possível leitura das escavações e pretender compreender a forma de vida humana que nelas existiram.

Ao passar para o momento da composição da *Ilíada* e a abordagem homérica sobre a cidade de Tróia, começo a distanciar esta conexão entre imagem e materialidade, como se o universo de uma não fosse completamente o universo da outra. A materialidade da cidade e a sua imagem não são conjuntos de pertença, por natureza.

Para isto fundamento o desenvolvimento em dois autores que são da extrema importância no meu conjunto de leituras sobre o mundo grego: Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet. Os livros para esta base são “As Origens do Pensamento Grego”, de Jean-Pierre Vernant, em edição de 1998, Editora BCD, e “O Mundo de Homero”, de Pierre Vidal-Naquet, em edição de 2002, Cia. Das Letras. A clareza da escrita e o forte elemento crítico, distanciador do relato factual do seu entendimento, foram os principais elementos retirados deste livro.

Por fim está a referência feita ao livro “*Paidéia*”, de Werner Jaeger, em edição de 1986, Editora Martins Fontes/UnB, no qual apóio a presença dos poemas homéricos na formação do homem grego e o seu sentido de continuidade na história desta civilização. Entre estes não posso esquecer Homero e sua *Ilíada*, a qual, para este texto, acompanhei na excelente tradução feita por Haroldo de Campos e publicada em 2002, pela Editora Mandarin.

Para os campos técnicos, com os quais começo a narrativa, dois livros foram essenciais. O primeiro é “Arquitetura Grega e Romana”, de D. S. Robertson, em edição de 1997, Editora Martins Fontes, com suas minuciosas descrições tipológicas, e o segundo é “Arquitetura Grega”, de A. W. Lawrence, Edit. Cosac & Naify, edição de 1998, cujo caráter histórico, contextual, é esclarecedor.

## Campos técnicos

### Cidade, cidadela

A colina turca de Hissarlik tem, depositada sobre ela, onze camadas de uma cidadela que foi, ao longo do tempo, reconstruída sobre si-mesma. Esta formação é denominada por *tell*, ou as camadas existentes no mesmo sítio urbano derivadas das reconstruções da cidade. As cidades eram construídas com pedra, madeira e tijolos de barro secos ao sol, e eram destruídas pelo tempo, ou por acidentes naturais, como terremotos, ou por invasões.

O sítio era, então, aplainado com cobertura de terra e uma nova cidade se construía sobre a outra. Assim se encontram, no *tell* referente à Tróia, as onze cidades que relatam uma história que recebe desde uma civilização que ainda não é a civilização grega, uma ocupação feita pela própria civilização grega, até um último assentamento realizado pelos romanos na época de Augusto (31 a.C. a 14 d.C.).

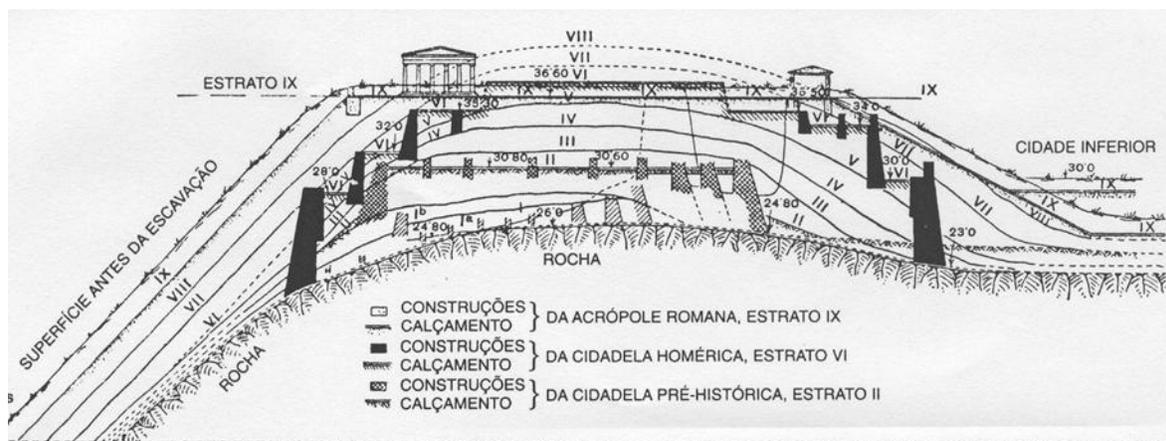


Fig. 1 Corte das escavações de Tróia, reparar nas muralhas em preto referente à Tróia VI predecessora imediata da cidadela que sofreu o cerco dos Aqueus.

As escavações realizadas por Schliemann em 1871, encontraram uma cidade que erroneamente foi confundida com a Tróia mencionada por Homero além de terem destruído parte da construção remanescente.

As ocupações sucessivas deste mesmo lugar não configuram a história de Homero, já que o conjunto da história referente à Tróia indica a sua tomada e total destruição pelos aqueus (gregos). Mesmo a datação antiga da Guerra de Tróia, tida como 1250 a.C., não tem uma referência arqueológica que a justifique, assim como a descrição da importância do cerco realizado pelos aqueus não se verifica necessária diante da real condição da cidade que se tem como a histórica Tróia. A cidadela homérica possuiu pouca importância, não passando o Assentamento de 15.000 m<sup>2</sup>. Podemos ter uma noção da relação entre as Cidades através das observações de Naquet (2002, p. 24) :

A Tróia do ‘Tesouro de Príamo’ é a Tróia II, que prosperou nos Dardanelos entre 2500 e 2200 a.C. Um bom milênio antes da Tróia, segundo a datação dos antigos. A Tróia que existiu no século XIII ou XII a.C. e que foi destruída pelos homens é aquela que recebeu o nome de Tróia VIIa, depois de suas ruínas terem sido minuciosamente examinadas pelos arqueólogos: trata-se de uma cidade medíocre, cujas muralhas não teriam condições de resistir durante dez anos. É difícil imaginar que os aqueus precisassem juntar forças para se apossar daquele sítio pouco impressionante. Tróia VI é mais atraente e tem muros que ainda cumprem, de certo modo, sua função. Infelizmente essa cidade, arruinada por um terremoto por volta de 1275 a.C., não pode ter sido destruída no final de um cerco, pois , então, teríamos de nos entregar a contorções intelectuais absurdas.

Embora as controvérsias façam com que a arqueologia e a história homérica não se alinhem numa única direção, elas potencializam a força de um quebra-cabeças composto por ruínas e imagens, pedras e valores, que permite inúmeras interpretações.

Das sexta e sétima cidades restaram apenas o anel externo composto pelos muros da fortificação e por algumas edificações. O topo da colina foi aplainado pelos engenheiros romanos com a intenção de edificarem a cidade de Augusto, apagando, assim, os vestígios do Palácio de Príamo.

O remanescente, no entanto, permite algumas identificações quanto à forma espacial do megaron e da apropriação do sítio como ambiente coletivo. O assentamento Tróia II , embora tenha sofrido com as escavações, oferece um dos maiores conjuntos no que concerne à estrutura vital como espaços privado e coletivo. Não podemos imaginar que a nossa forma e conceito quanto à qualidade de espaços coletivo e privado possa ser

identificada com estas construções que remontam mais de 3000 anos, mas podemos procurar reunir peças, mesmo que poucas, de um contexto que se funda nestas escavações. Em nenhuma das fases dos Assentamentos existe a possibilidade de visualizar a existência de uma cidade, um conjunto de praça, templos, mercado, residências. O que existe, sim, é um conjunto de fortificações que mais se assemelham a cidadelas, formas acasteladas com o sentido de proteção à invasão com corpos centrais construídos relacionados com a forma descrita por Homero como megaron.

O conjunto de construções indica uma forma social hierarquizada, com a presença de uma corte e súditos a julgar pela presença do megaron, de pátio e locais que podem ter servido a atividades públicas. Um propileu, portão de entrada com caráter defensivo, prenuncia a presença de um megaron (II A) que se vincula ao propileu e à muralha através de um pátio, para onde se voltam espaços ligados à muralha que podem ter sido destinados a aposentos. Na direção oeste, e junto à muralha que limita este assentamento, há um conjunto de 3 ou 4 aposentos provavelmente destinados a quartos, pertencentes a outra fase do mesmo assentamento.

Ao lado do megaron II A existiu uma construção semelhante, classificada como IIB, que demonstra uma preocupação estética quanto à intenção de estabelecer um conjunto através da organização espacial e forma final. O megaron II B é um pouco menor, tanto na largura quanto no comprimento, que o megaron II A e está lateral ao eixo que une o portão frontal da cidadela, ou propileu, ao megaron II A. Já se estabelece, por tamanho e localização, uma relação de conjunto baseada na hierarquia das construções, que demonstra, também, uma hierarquia das atividades possivelmente executadas nestes locais.

O megaron II B, tendo sido construído mais estreito e curto que o megaron II A, tinha avanços nas suas paredes laterais de forma a diminuir o efeito da diferença de tamanho entre eles. Estes prolongamentos das paredes permitam equilibrar a diferença de seis metros entre os pórticos dos dois megarons. O pórtico dava passagem a uma ante-sala que conduzia ao salão principal. As paredes também se prolongavam na parte posterior sendo que o prolongamento do megaron II B era maior que o prolongamento do megaron II A.

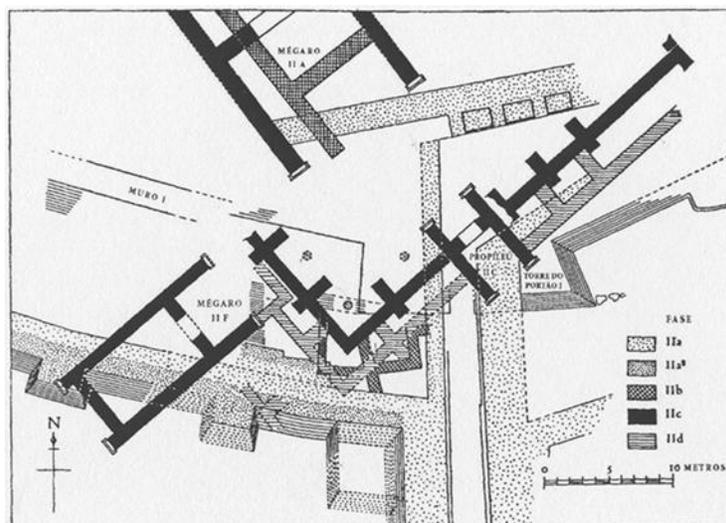


Fig. 2 parte de Tróia II e o conjunto de megarons, pátio e propileu.

A profundidade do pórtico e o prolongamento das paredes posteriores são os fatores que proporcionam equilíbrio e hierarquia no conjunto composto pelos megarons, muralha, propileu e pátio. Evidenciam, assim, uma intenção formal que altera a plástica do objeto em busca de um nexo na formulação espacial.

Das sexta e sétima Cidades, como já exposto, restaram apenas as construções existentes nas áreas envoltórias próximas às muralhas de proteção. A sexta Cidade é um dos principais Assentamentos troianos cuja força pode ser vista pelo conjunto arqueológico das muralhas e pelos vestígios das construções sendo a Construção C, um megaron, um dos exemplos mais marcantes.

As muralhas desta Cidade são escalonadas e permitem a construção da cidadela em terraços concêntricos que ficaram encobertos pela terra até as escavações. As muralhas reveladas são um indício da força da civilização que ocupou Tróia nesta época já típica da civilização micênica.

As muralhas mostram um conjunto forte construído de pedras empilhadas que contorna parte da colina da Hissarlik desde o século XIII a.C. O megaron denominado Construção C é uma importante construção de pórtico e cella, o salão principal, que chega a medir 10,30 m por 20,00m. O cuidadoso conjunto arquitetônico de muralhas e megarons da Sexta Cidade não se repetiu na Sétima Cidade, o que demonstra, também, a provável variação da população que ocupava este sítio.

## Os megarons, os palácios

Procurarmos compreender o sistema construtivo em Tróia exige ao menos duas comparações constantes. A primeira é a comparação com as construções feitas em mesma época tanto na Grécia continental quanto na região da Ásia Menor. A segunda é o desenvolvimento do sistema construtivo e estrutura espacial própria das construções existentes nesta cidade.

Os vários conjuntos construídos que formam as fases da cidadela mostram uma relação estreita com outras construções na Ásia Menor, região da qual provavelmente provieram os primeiros troianos, principalmente quanto à técnica construtiva. A pedra, a madeira e os tijolos secos ao sol são elementos marcantes, que terão modificadas, ao longo do tempo, a forma da construção e o aprimoramento técnico.

Origens étnicas diversas resultaram em estruturas espaciais também diversas, o que não permite definir uma única forma da construção desta região, fazendo com que se diferencie as construções de mesma época feitas em Tróia e no continente grego. As populações vindas da Ásia Menor trazem à esta época o uso do bronze nas armas e nos instrumentos que serão o registro principal das civilizações de 2600 a.C. a 1300 a.C., quando a invasão dórica trará o ferro e a extinção da civilização micênica.

As construções troianas possuíam maior qualidade arquitetônica em relação às regiões ao seu redor, no sentido de uma técnica provinda da organização de uma civilização e no sentido da busca de uma qualidade plástica que terá claro reflexo estético.

Ao compararmos com as construções cretenses, que possuíam uma organização de cunho prático e de natureza assimétrica na estruturação de seus aposentos, as construções troianas buscaram uma ordem traduzida pela simetria e pela proporcionalidade entre as construções. O desenvolvimento da técnica e da civilização são mostradas nos vestígios das Cidades.

As casas troianas trazem, desde as mais antigas, a forma do megaron como elemento marcante. Estas casas se apresentam com um salão precedido de um pórtico ou com uma *antecâmara* entre o pórtico e o salão feitos, como todos, de pedra, madeira, tijolos e suor.

## CASA TRÓIA I a

A casa preservada mais antiga, pertencente à segunda fase do Primeiro Assentamento, foi construída em forma retangular e mede , externamente, 18,75 m de comprimento por 7m de largura, possui uma entrada em pórtico num dos lados menores e nenhuma divisão interna.

A divisão espacial se estabelece por comportamentos expressos na construção. Ao imaginarmos que esta construção data de uma época próxima a 2.500 anos A.C. podemos entender a estruturação espacial interna .

Esta sala única congregava atividades vitais e demonstra um rito cotidiano próprio. Continha a área para preparar alimento, descansar e guarda de comida. Junto ao pórtico de entrada encontra-se uma das duas plataformas em pedra que serviam de camas. Frente a elas e ao centro da sala há uma das lareiras , a outra está na parede paralela à das camas e junto a ela uma prateleira para apoiar a massa do pão.

A cavidade para pia e latrina se localiza na mesma parede das plataformas para cama mas fora do ambiente do salão. Ao lado desta cavidade encontra-se a porta para entrada no megaron. Os cereais para o pão eram guardados em vasos dentro do salão.

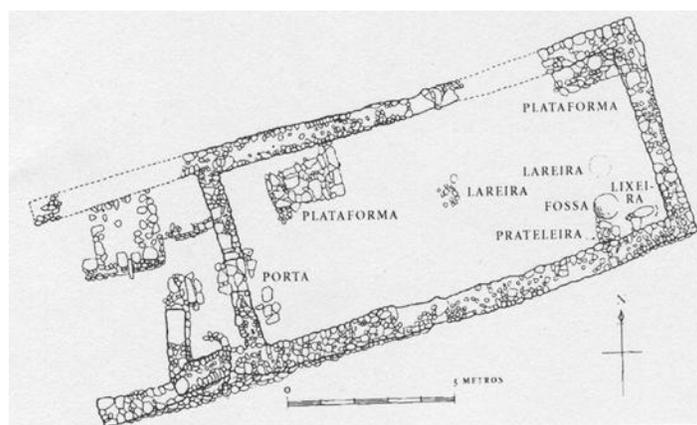


Fig. 3 Casa em Tróia Ib , note-se a irregularidade e falta de acabamento das paredes , embora já demonstre a construção em forma de megaron

O telhado, a julgar a forma de fragmentos de telhados encontrados nas escavações , era plano e feito de galhos que apoiavam a argila que fechava a cobertura. A argila era necessária para a vedação contra a chuva.

Uma característica interessante destas construções é a existência de um local dentro da casa que servia para jogar restos de comida. Conforme esta quantidade se avolumava o piso, em terra, era recoberto por uma nova camada. Este procedimento permite, ao escavar estas construções, encontrar camadas com ossos e conchas que indicam costumes desta população.

O aumento do nível do piso exigia apenas que a soleira do pórtico de entrada fosse reinstalada. Pouquíssimas construções desta época tinham o piso recoberto por pedra, normalmente era aplainado com terra e mantinha-se apenas a soleira em pedra.

Em pedra era, também, a alvenaria de base destas construções que se erguia até a altura de um metro e depois seguia em tijolos secos ao sol. Feitos com a própria terra umedecida às vezes levavam palha para permitir maior liga do material. Secos ao ardente sol de verão constituíam um bom material para construção da alvenaria.

A proteção lateral com barro e superior com o beiral do telhado, permitiam uma boa durabilidade para este material que viria servir a uma ou mais gerações.

As pedras que serviam para a base das paredes eram empilhadas e pouco trabalhadas. Os instrumentos eram pouco eficazes para definir os detalhes em pedra e os entalhes em madeira.

O tipo de solo e rocha existentes nestas regiões permitia encontrar pedaços de rocha que se quebravam com cortes laterais, fornecendo, ao construtor antigo, placas de variados tamanhos que podiam ser aplicadas em bases, pisos e paredes, como foram encontrados em algumas casas nas escavações.

## **CASA TROIA II**

O conjunto arquitetônico da segunda cidadela de Tróia, ou Tróia II, está composto por sete fases do Segundo Assentamento nos quais se encontram os vestígios de construções que remontam de 2500 a.C. a 2200 a.C. e que constituem um dos principais Assentamentos de Tróia.

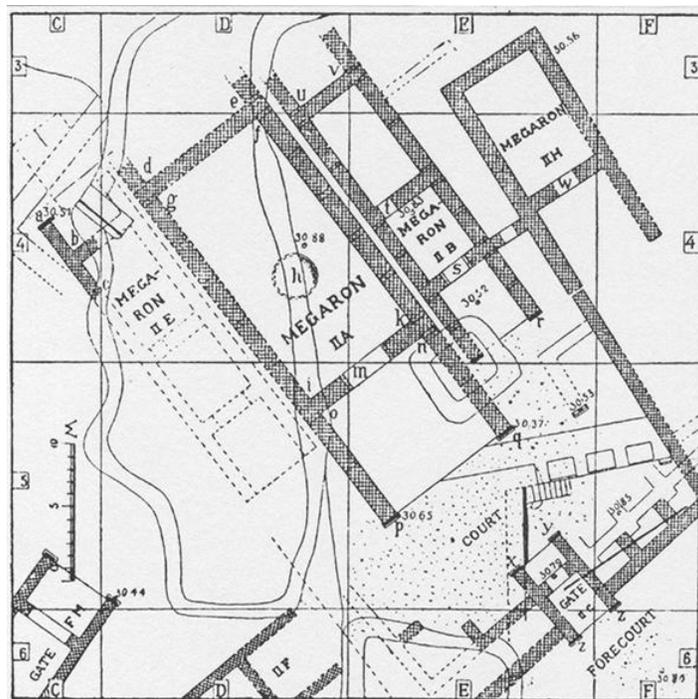
As sete fases demonstram o desenvolvimento que teve esta cidadela ao longo dos cerca de trezentos anos e uma técnica construtiva que se desenvolveu pela habilidade de seus construtores e pela forma buscada como meio de constituição de um ambiente com valor simbólico agregado. A murada à volta do palácio é uma característica já encontrada

na região da Ásia Menor como forma da proteção à casa do rei e dos conseqüentes estoques de grãos e tesouros provindos provavelmente de pilhagens, possuindo um valor prático na sua forma. Escoras de alvenaria alternadas com contrafortes sustentavam a murada de Tróia II c e, no seu lado interno, a cobertura para aposentos apoiava-se em colunas de madeira com bases em pedra.

O que se torna característico em Tróia II é a preocupação estética, já comentada, de uma proporcionalidade que indica os esforços em demonstrar um valor do ambiente e de seu uso.

O megaron II A, da terceira fase do Segundo Assentamento ou Tróia II c, mede aproximadamente 10 m de largura e 20 m de comprimento e foi construído tijolos secos ao sol sobre uma alvenaria de base em pedra e sua cobertura, um telhado inclinado de madeira e argila, também devia ser sustentado internamente por colunas em madeira. Embora não tenham sido encontrados vestígios das bases em pedra para estas colunas a sua existência é quase certa se considerarmos a técnica envolvida para construção da cobertura. O telhado avançava na parte posterior para efeito de proteção da parede dos fundos e era sustentado pelo avanço das paredes formando um falso pórtico. A inexistência de vestígios de porta na parede dos fundos indica um caráter de proteção deste avanço do telhado e não da possibilidade de um outro local na construção como será conhecida a sala posterior nos templos gregos chamada de opistódomo.

As paredes laterais, ortogonais às paredes do salão, formavam o pórtico de entrada e continham a única porta de entrada para o megaron. Construídas em tijolos secos ao sol recebia um acabamento em madeira nas suas extremidades para proteção que, consenso



entre os autores pesquisados, é uma forma prototípica das antas clássicas. Este acabamento também foi encontrado em Tirinto e em Micenas, constituindo uma aproximação da construção troiana da grega continental.

Fig. 4 Recinto dos palácios em Tróia II. Observar o alinhamento do propileu com o megarom IIA e a simetria proposta com os megarons IIB e IIE.

Este megaron foi construído alinhado em relação ao propileu desta mesma fase e ambos foram construídos sobre o um megaron e um propileu pré-existent. Somente o pórtico do megaron II A é quase do tamanho do megaron anterior, o que demonstra o desenvolvimento da cidadela e da tipologia de edificação. Em outras áreas da mesma fase da cidadela há construções sem o brilho arquitetônico que transparece nas construções principais.

A axialidade é um elemento marcante na construção destas edificações pela já referida hierarquia espacial resultante do conjunto propileu, pátio, portico e salão e pelo seu desenvolvimento no paralelismo existente entre os megarons II A e II B. Vestígios indicam a existência de uma outra edificação ao lado do megaron II A e que formaria, no alinhamento do megaron II B, duas peças laterais que ressaltariam a imponência do megaron II A neste conjunto arquitetônico. Podemos lembrar que estas abstrações geométricas não existiam nesta época e o resultado espacial é empírico mas não desprovido de valor.

## **CASA TROIA VI**

A cidadela de Tróia VI era cerca de três vezes a área de Tróia II, dimensão pela qual podemos determinar seu desenvolvimento ocorrido no século XIII a.C. Foi destruída por um terremoto em 1275 a.C. e a ela teve seqüência a cidade que seria retratada nos poemas homéricos de muito menor importância.

As casas eram feitas em alvenaria mas exibiam um acabamento de caráter excepcional dado o que podemos ver pelo que restou da cidadela e da grandeza de seus muros, muitos ainda com os aparelhos montados. A técnica de construção da murada já demonstra uma capacidade de moldar a pedra pelo esforço de instrumentos, provavelmente pedras de polimento acertando placas de calcário encontradas soltas. O encaixe e o

aparelhamento das peças de pedra são, no entanto, admiráveis, se contarmos a época e os prováveis instrumentos.

Como já exposto na frase de Pierre Vidal-Naquet os muros de Tróia VI apresentam a força de uma organização social pelo seu desenho e técnica construtiva. Os terraços dominam a declividade da colina ao mesmo tempo que erguem defesas construídas com cuidado no assentamento das pedras.

A Casa VI c é um dos mais fortes exemplos entre as construções remanescentes de Tróia VI.

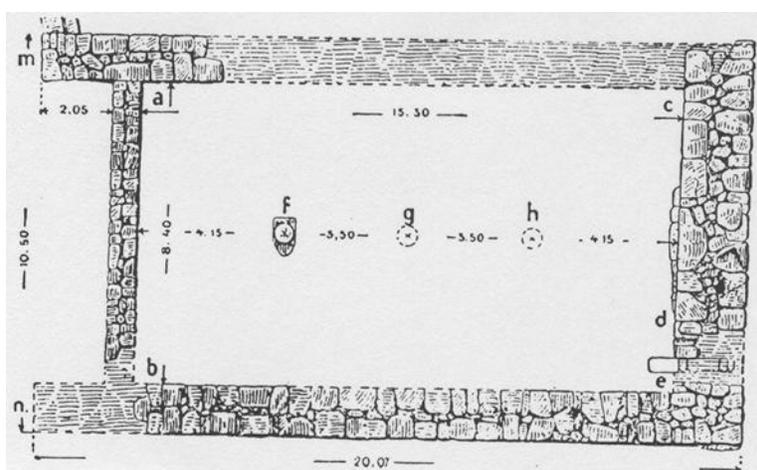


Fig. 5 Construção C em Tróia VI. Os elementos centrais são bases em pedra para colunas em madeira, com a finalidade de dar suporte ao pesado telhado de barro e madeira.

Observar, também, o aperfeiçoamento no aparelhamento da alvenaria.

É uma forma em megaron com área aproximada de 200 m<sup>2</sup> e constituído de um pórtico proporcionalmente pequeno mesmo medindo em trono de 20 m<sup>2</sup>. Foi encontrada uma base de pedra no centro do salão que deve ter servido de apoio a uma coluna de madeira, de um provável conjunto de três colunas, para sustentação do imenso teto plano.

## A HISTÓRIA E A MITOLOGIA

Homero viveu na parte asiática da Grécia numa época compreendida entre o século IX e o século VIII a.C., no qual compôs seus poemas. Quase nada se sabe sobre este aedo e,

durante algum tempo, entendia-se que nunca teria existido e seus poemas fossem o resultado de diversos poetas ao longo dos séculos.

Hoje, a partir de análises estruturais dos poemas, mais a *Ilíada* que a *Odisseia*, compreende-se uma unidade literária que só pode ter sido realizada por uma única pessoa, um único poeta.

Homero deu forma a versos transmitidos pelos séculos que contavam as proezas do povo grego, os aqueus, na grandiosa empreitada feita pelos seus reis contra a cidadela de Tróia, a santa Ílion.

As batalhas, os homens e os deuses, são a matéria prima para Homero relatar a tragédia humana vivida pelo aqueu Aquiles e pelo troiano Heitor.

A Guerra e a cidade foram, ao longo dos séculos, sendo tomadas por mitologia, até que em 1871 um mercador aposentado alemão, Heinrich Schliemann, encontrou a cidadela em Hissarlik.

A colina onde está a cidadela, na verdade as cidadelas, foi ocupada descontinuamente no tempo desde o terceiro milênio até o apogeu do império romano

A guerra e seu conjunto mitológico frente à realidade da cidadela encontrada, abrem uma contradição entre imagens que só fazem reforçar a sua importância na história.

A dialética da existência de Tróia, a cidadela encontrada por Schliemann e a cidade cantada por Homero, não deve ser confundida com os conceitos de cidade real e cidade ideal expostos por Argan no livro “A História da Arte como História da Cidade”, justamente pelo grau de dissociação existente entre elas.

A temática real – ideal indicada por Argan propõe a relação entre a imagem urbana como reflexo de uma cultura e o ambiente real no qual ela se realiza e é causa desta reflexão. A noção de que a cidade ideal é um resultado das probabilidades de uma existência real e problemática, estabelece uma condição de tempo e lugar que evidencia a natureza da memória coletiva, da história, e da natureza política da cidade. O conjunto de expectativas que se argumentam a partir de condições reais permitem gerar imagens urbanas que tanto podem estar imersas nas condições de vida e realidade, quanto podem estar aparentemente, dissociadas num processo utópico.

A cidade utópica, como modelo antagônico de referência da cidade real ou de suas vicissitudes, é um vínculo de transformação do real na condição de uma metafísica do

ambiente como modo de transformação do ser humano, ou da população de uma sociedade, pela personificação da imagem urbana como reflexo desta mesma sociedade, ou como escreveu Argan (1894, p.73):

Mesmo que alguns exemplos de cidade ideal tenham sido realizados... a assim chamada cidade ideal não é mais que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real... a idéia da cidade ideal está profundamente enraizada em todos os períodos históricos, é inerente à sacralidade anexa à instituição e se vê confirmada pela contraposição recorrente entre cidade metafísica ou celeste e cidade terrena ou humana.

Embora Argan faça uma referência principalmente às cidades do Renascimento, esta contraposição entre uma condição real e sua correspondência metafísica pode ser aplicada à Antiguidade ou à Pré-História, como os assentamentos de Tróia.

A cidadela apareceria, como uma confluência da capacidade técnica de construção como forma de superação de problemas reais – a casa como abrigo – com a capacidade simbólica de articular uma imagem de forças superiores que atuariam conjuntamente com as forças naturais, gerando formas de comportamento social pela estruturação do grupo, defesas da comunidade e de suas riquezas, e proteção ambiental, como condições possibilitadoras das cidades ideal e real, ambas refletindo o diálogo da existência humana.

A simbolização do espaço como meio de entendimento da nossa própria condição humana não é uma invenção das cidades mas nelas se evidencia uma nova estruturação social e um novo passo para o nosso entendimento.

A hierarquia social proposta no ambiente das cidades vê-se refletida numa hierarquia da construção de sentimentos do sentido social do lugar do indivíduo na cidade e na sociedade.

As primeiras cidades, cidadelas de defesas, mostram as primeiras formas de coletivização dos espaços e as bases de um desenvolvimento que não deve ser compreendido como linear, mas que pode ser visto como um conjunto de partes interruptas que se remontam nas idéias ou na realidade, seja por memória ou por comparação.

Lewis Mumford, no livro 'A Cidade na História', expõe a complexidade do caráter simbólico da cidade e a estreita relação de um processo de construção urbana com a intenção de reconstrução de seu conjunto de valores, funções, espaços:

Desde o princípio , pois, a cidade apresentava um caráter ambivalente que jamais perdeu por completo: combinava a quantidade máxima de proteção com os maiores incentivos à agressividade; oferecia a mais ampla liberdade e diversidade possível, e entretanto impunha um drástico sistema de compulsão e arregimentação que, ao lado de sua agressividade militar e da sua destruição, tornou-se uma ‘segunda natureza’ do homem civilizado... Assim , a cidade teve, ao mesmo tempo, um aspecto despótico e um aspecto divino. Em parte, era ela um *Zwingburg*, um centro real de controle: em parte, uma réplica do céu, um transformador do remoto poder cósmico em instituições operativas imediatas. (p68)

Munford , ao exemplificar e interpretar o estabelecimento simbólico da cidade na leitura de Heródoto e seu relato sobre Dejoces e os medos, estabelece a relação do surgimento da imagem do rei com o surgimento do lugar real, reconstituídos na forma das cidades do princípio da Idade do Bronze. É perceptível, neste exemplo, a transformação do conceito da estrutura social da aldeia e seus clãs para o conceito da cidade , o palácio como lugar divinizado e uma nova função social.

A aldeia será o meio de sustentação do palácio e este guardará as suas riquezas. O rei, a corte, e os guerreiros habitarão o conjunto do palácio e seus espaços agregados, enquanto o restante da população habitará as casas próximas e a aldeia. Uma nova estrutura econômica para uma nova estrutura social expressas no conceito da cidade, ou da cidadela. Aí se formava a base se formava para o que conhecemos como a cultura micênica e sua forma feudal de palácio e aldeia e que foi, muito provavelmente, a mesma forma dos assentamentos de Tróia, até a época do século XIII a.C.

No relato Heródoto se refere como os medos, povos habitantes da Ásia Menor e próximos à Tróia, e como um outro conjunto de aldeias escolhe Dejoces, figura de mérito entre os clãs, primeiro como conselheiro e depois como rei por suas decisões ‘justas e firmes’.

Surge o rei como figura de máxima importância social e surge o palácio como o lugar que o abriga, formando uma aliança com o divino através do rei e do seu lugar. O

palácio é o centro no sentido simbólico de um eixo que une o mundo terreno no conjunto das relações econômicas e sociais , amistosas ou não, e o mundo divino na presença do soberano que se configura como um deus.

Tanto para proteger o rei e seus tesouros, quanto para abrigar a população junto ao palácio real, propiciando , assim, uma nova simbologia aplicada à sua figura e ao seu lugar, as muralhas foram, então, construídas concêntricamente. Segundo Munford (1965, p. 69) :

Note-se que ao reduzir a distância física, concentrando a população na cidade, Dejos tomou o cuidado de aumentar a distância psicológica, isolando-se e tornando formidável o acesso a sua pessoa. Esta combinação de concentração e mistura, com isolamento e diferenciação, é uma das marcas características da nova cultura urbana.

A força desta instituição – a realeza e sua simbologia - pode ser medida pela ânsia de Schliemann em encontrar o Palácio de Príamo, o patriarca troiano. Mesmo sendo apenas o eco do passado micênico , a construção simbólica do palácio é um arquétipo estruturador de sentimentos e comportamentos desde a Pré-História grega. É nesta relação que me apoiarei para rever o simbólico atrelado à sua realidade de Tróia.

Nesta formação urbana e social realiza-se uma condição indissociável na construção do palácio e da muralha que é de grande profundidade estrutural. O palácio sendo o elemento principal de ligação do terreno e do divino na idéia de centro e do hierarca, o rei que liga céu e terra e a muralha sendo o elemento de proteção do palácio e se configura-se como o limite de passagem do ambiente comum para o condicional especial do tempo mítico.

Se o palácio é a expressão da força do rei, a muralha é a expressão da força do reinado, da sociedade montada em crença e comportamento, o que faz da dela um importante elemento da leitura urbana. Sua arquitetura é uma das formas de compreensão da cidade como podemos apreciar na grandeza de Tróia VI e na simplicidade de Tróia VII. Ao mesmo tempo demonstra a forma de apropriação do sitio natural e a construção de uma idéia de paisagem moldada nas relações de força e controle, conforme Munford (1965, p. 70) :

Por trás das muralhas da cidade descansava um fundamento comum, colocado em posição tão profunda quanto o próprio universo: a cidade era nada menos que um lar de um deus poderoso. Os símbolos arquitetônicos e esculturais que tornavam visível esse fato elevavam a cidade muito acima da aldeia ou do pequeno povoado rural. Sem os sagrados poderes que se achavam contidos dentro do palácio e do recinto do templo, a cidade antiga teria sido sem finalidade nem significado.

A sociedade era, nesta época, composta por uma população que se percebe dentro desta estrutura simbólica, na qual o temor pelo poder e a segurança que ele oferece determina um lugar social que a cidade, e o fato de nela morar, representa. O habitante da aldeia era parte de uma estrutura social na qual acreditava e cujo trabalho sustentava. A distância psicológica indicada por Mumford na instituição da figura do rei não significa, necessariamente, o distanciamento do sentimento de pertença do aldeão ou dos cortesãos. Ao contrário, a visualização do poder na figura do rei e no lugar do palácio permitiram uma vidência do divino e a participação do seu trabalho na sustentação desta sociedade.

Mas, mesmo com este sentido de pertença social não podemos atribuir a noção de consciência que será tão própria do povo grego. Se a forma urbana se estabelece como uma clara representação do homem grego e da sua sociedade - na sua pré-história, no micênico e no clássico- os palácios, as muralhas, as casas, praças e templos são elementos integradores da visão de mundo grega.

## **TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE EM MITO, CONTRADIÇÃO A SOCIEDADE MICÊNICA, O PALÁCIO REAL**

O sutil desenrolar da alma grega dos palácios à ágora corresponde à transformação do sentido do indivíduo na sociedade e ao conceito de cidadão. Com isto quero opor uma evidência na forma urbana e sua relação com o comportamento o de seu habitante e como podemos observar o desenvolvimento desta relação nas mudanças das cidades gregas e o momento no qual a Tróia de Homero não relata mais, exatamente, a Tróia histórica, real.

Três etapas devem ser ressaltadas para compreendermos este desenvolvimento, as quais podemos acompanhar no livro de Jean-Pierre Vernant chamado “As Origens do Pensamento Grego” (1998).

A primeira etapa refere-se à sociedade micênica e à íntima relação entre a figura do rei, a corte guerreira, e os demais habitantes, como já relatada. Sendo ele a mais alta posição na hierarquia social e é ele quem decide as pendências da população, sua decisão é inquestionável e sua presença é a presença de um ser divino. A ele pertencem os bens materiais e riquezas, o tesouro, os campos, as armas e os carros e cavalos, distintivos da sua imensa diferença força em comparação à da população.

O palácio é a sua expressão e não há, de forma clara, espaços que possam ser classificados como públicos. O propileu - como há nas muralhas de Tróia - com suas duplas portas, evidencia um espaço de espera de audiência, mas nada que se permita indicar como espaço de reunião popular, representativo desta reunião, público. Mesmo o pátio que une os megarons em Tróia II ainda não se configura como este espaço público que pode ser dividido por uma assembléia ou pelos habitantes da cidade. Esta civilização floresce no segundo milênio no contato dos povos vindos da Ásia Menor, como os cretenses e os primeiros troianos com uma lenta aproximação dos povos indo-europeus e tem, na forma palaciana e no poder centralizado a sua forma estrutural, segundo Vernant (1998, p. 21) :

A vida social aparece centralizada em torno do palácio cujo papel é ao mesmo tempo religioso, político, militar, administrativo e econômico. Neste sistema de economia que se denominou palaciana, o rei concentra e unifica em sua pessoa todos os elementos do poder, todos os aspectos da soberania. Por intermédio dos escribas, que formam uma classe profissional fixada na tradição, graças a uma hierarquia complexa de dignatários do palácio e de inspetores reais, ele controla e regulamenta minuciosamente todos os setores da vida econômica, todos os domínios da atividade social.

Esta primeira etapa das cidades gregas é a que mais se aplica às cidadelas descobertas por Schliemann se considerarmos o conjunto encontrado. Do surgimento de Tróia I, datada em 3000 a.C., até Tróia V, em 2600, a população que habita esta cidade é oriunda da Ásia Menor e podemos relacionar seu estágio e formações social e urbana com os povos indo-europeus e os hititas. Tróia VI, a maior e mais poderosa das cidadelas surge em aproximadamente 1900 a.C. e terá sua população aparentada com os povos gregos

repartindo semelhanças culturais como as cerâmicas que são encontradas em escavações tanto em Tróia como na Grécia continental.

A guerra que aniquila as forças troianas acontece em 1180 a.C. encontrando-se numa faixa próxima de tempo na qual a sociedade micênica estava sendo devastada. Não havia, ainda, os fatores sociais que transformariam lentamente a sociedade grega. Não havia as mudanças estruturais da sociedade tanto quanto não há indícios desta mudança na forma edificada dos Assentamentos.

Se observarmos Tróia II e seus megarons , no qual o megaron II B tem força de centralização como estruturador de um eixo de leitura ambiental. Veremos que os espaços abertos não se definem como espaços públicos mas como espaços próprios para o trabalho da corte que circunda o rei e as audiências como as relatadas por Munford na referencia que faz a Heródoto. A Tróia real não vislumbra, da sua época, a Tróia que será reconstruída por Homero.

## **NO PERÍODO DAS TREVAS, FEIXES DE LUZ**

A segunda etapa está relacionada à civilização que sucedeu à sociedade micênica e ao surgimento do conselho dos guerreiros. A Idade do Bronze desapareceu diante das armas de ferro dos Dórios no século XII a.C. e com ela toda a estrutura social apoiada no sistema palaciano. A invasão dória provocou uma grande transformação na sociedade grega e é justamente nesta sociedade que viveu Homero e pela qual sua voz cantou os versos da sociedade micênica e da Guerra de Tróia.

Acredita-se que as armas de ferro que os dórios possuíam pudessem ser mais longas e fortes –espadas de ferro contra punhais de bronze - ou ainda que não fossem, necessariamente, melhores que as armas de bronze dos micênicos, eram menos custosas e podiam ser distribuídas a mais guerreiros. Mas se as armas de ferro pudessem ser melhores que as armas de bronze, o povo que as carregava não tinha a mesma sofisticação social dos micênicos. Os dórios eram povos primitivos vindos do norte e a sua avassaladora conquista do mundo micênico afundou a Grécia em séculos de lutas internas .

A invasão dória procurou a riqueza justamente onde estava, nos palácios que, juntamente com a estrutura social que continham, foram destruídos. O rei micênico, o *ánax*,

desapareceu na nova forma social , provocando lutas contínuas entre as famílias nobres, pelo poder deixado em aberto na ausência da figura do rei.

Entre outras modificações sociais como a língua ou a arte, esta transformação das relações de poder é essencial para a compreensão da diferença do palácio micênico e sua força centralizadora nas novas cidades e dos espaços constituídos para assembleia.

Da queda da sociedade micênica à constituição do universo da polis cerca de cinco séculos encerrarão a Grécia na reforma de seus estatutos sociais.

As decisões não se encontram mais concentradas numa única figura mas distribuídas, mesmo que em parte, para o conselho, um conselho de guerra que determina a força entre iguais, um código entre guerreiros, cavaleiros. Dos carros de guerra para os nobres cavaleiros uma mudança simbólica se processa. Antes somente o rei podia ter carros de guerra e cavalos, expressões de sua força. Nesta nova sociedade a aristocracia divide as decisões , os poderes político e religioso, e seus símbolos.

Possuir cavalos e saber a arte de montá-los demonstram força, coragem e destreza na guerra e estas demonstram o valor de vida do guerreiro, do cavaleiro. Ilion rica em cavalos é uma imagem de sua força e da sua aristocracia.

Poder de conflito com poder de união, relata Vernant, que expõem as fraturas da sociedade e confronta as famílias nobres através de seus bens e as rivaliza através de seus valores espirituais. Não pode haver esta concorrência senão entre iguais e a marca da sua possibilidade é o dote nobiliárquico que se carrega e o valor de suas ações. Segundo Vernant (1998) “uma elite militar ao mesmo tempo que uma aristocracia da terra; a imagem do cavaleiro associa o valor ao combate, o brilho do nascimento, a riqueza de bens de raiz e a participação de direito na vida pública”. ( pág 38)

Na arte da guerra ou da religião, as famílias competem para exercer seu poder num combate codificado por regras que reconhecem iguais entre si , ao mesmo tempo que vitoriosos e perdedores.

A característica puramente ritualística da religião grega deve ser ressaltada para entendermos este processo. Enquanto os poderes estavam associados na figura do rei, o poder decisório, próprio de um conjunto normativo, pertencia ao pensamento do rei e não de uma regra de conduta pré-existente na religião. Com o desaparecimento da figura do rei a religião grega não se tornou um instrumento capaz de resolver as pendências sociais e as

diferenças de opinião entre as famílias nobres, provocando esta confrontação e concorrência e , no centro das lutas internas, o surgimento da instituição política, como vemos em Vernant (1998, p. 39):

E a política toma por sua vez forma da *agón*: uma disputa oratória, um combate de argumentos cujo teatro a *ágora* , praça pública, lugar de reunião antes de ser um mercado. Os que se medem pela palavra, que opõem discurso a discurso, formam nessa sociedade hierarquizada um grupo de iguais... Esse espírito igualitário, no próprio seio de uma concepção agonística da vida social, é um dos traços que marca a mentalidade da aristocracia guerreira da Grécia e que contribui para dar à noção de poder um conteúdo novo.

O poder não pode estar mais centralizado na figura de uma única pessoa e deverá ser repartido por esta aristocracia nas decisões da assembléia e no espaço da *ágora*. O surgimento de uma instituição ganha a sua representação espacial e o espaço da cidade não corresponde mais à cidade centralizada no palácio, com as construções ao seu redor, mas as construções estarão voltadas à *ágora* . Desta maneira o palácio e os templos à sua volta serão reminiscências da antiga cidade real e pertencerão ao conjunto da Acrópole abrindo uma dialética particular da cidade grega. Se a Acrópole carrega a história da Grécia micênica a *ágora* passa a ser o novo centro da cidade grega. As muralhas cercam todo o conjunto da cidade e não mais, apenas, o palácio e suas dependências. O centro de decisão da cidade está na *ágora* e na reunião da aristocracia, a assembléia, que terá, em Homero, o papel decisório das questões de guerra.

Este é o mundo grego transformado pelas mudanças estruturais de sua civilização, mundo que Homero conheceu, mas a sociedade micênica não. A *Ílida* procura retratar a sociedade dos reis micênicos e, por vezes, pode ser confundida como realidade histórica, igual à retratada no Canto XVIII no qual Hefáisto faz as novas armas para Aquiles e forja, no escudo, cenas da vida de duas cidadelas. Assim como a descrição que Homero faz de Ílion e relata a existência de espaço para casas, templos, o imenso palácio de Príamo – com mais de sessenta câmaras - e uma *ágora* para reunião dos guerreiros.

A impossibilidade de reconhecer a cidade homérica na cidade histórica se faz tanto por aspectos urbanos , quanto por aspectos sociais. Por um lado as cidadelas encontradas em Hissarlik não correspondem à descrição feita por Homero e nenhuma delas seria capaz

de conter a grandiosa cidadela de Ílion. Por outro lado a forma da sociedade descrita por Homero , com a ágora e as assembléias, não tem correspondência ambiental com as escavações.

As decisões no acampamento grego são tomadas em assembléia assim como na cidade sitiada. Uma assembléia entre iguais, guerreiros e cavaleiros, na qual a honra do valor na guerra suplanta o desejo do cotidiano comum assim como Ulisses incita os homens comuns a seguirem o exemplo dos reis e guerreiros e como o mesmo Ulisses bate em Tursites , este blasfemador de reis.

Mas se as Tróias escavadas não correspondem plenamente à descrição do poema é porque Homero e a Ilíada estão, por certo, num ponto central da história grega. A Ilíada é uma composição de passado e futuro no gênio da forma poética, pois se os ecos da guerra e da cidadela estão expostos no poema, também estão no poema os indícios de uma realidade que Homero viveu e foram o germe da democracia e da aurora grega expressas na polis.

## **A DEMOCRACIA E A ÁGORA**

A terceira etapa mostra o estabelecimento da democracia e o surgimento da ágora na cidade não mais como o espaço de reunião da assembléia dos guerreiros, mas como o espaço público por vocação onde se reúnem os cidadãos e onde a palavra e a retórica geram o conceito de cidadão livre, consciente do seu lugar social, a cidade clássica. A força da palavra estava embasada no sentido de igualdade entre os cidadãos e marcava, em todo conjunto social e urbano, o equilíbrio próprio desta fase da civilização grega, como lemos em Vernant (1998):

“O que implica o sistema da polis é primeiramente uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder. Torna-se o instrumento político por excelência , a chave de toda autoridade no Estado, o meio de comando e de domínio sobre outrem... A palavra não é mais o termo ritual, a fórmula justa, mas o debate contraditório, a discussão, a argumentação.” ( pág 41 )

Se a polis se instituiu no século VIII a.C. através da aristocracia e da ágora como espaço para a assembléia, foi a partir do século VI a.C.- pelas reformas de Sólon – que a sociedade grega encontrou este equilíbrio do *demos*, o povo, nas suas expressões materiais e espirituais.

Se é verdade que a sociedade entre iguais, cidadãos livres das cidades, foi uma sociedade de poucos, também é verdade que a transformação da civilização grega atingiu pontos fundamentais para ela e para a civilização ocidental. A filosofia, as formas de arte e técnica, e a democracia, nasceram deste processo vital de busca de uma capacidade de decisão sobre o destino de suas próprias vidas.

A polis clássica era um universo equilibrado dos direitos de cada cidadão , refletindo este equilíbrio em suas diversas formas, fosse na construção de casas e templos, fosse na construção de cidadãos pela educação.

A sociedade clássica grega foi um momento de contradições intensas , mas equilibradas, resultando numa unidade impressionante.

Corpo e espírito, artificialidade e natureza, razão e paixão, são formas de uma contradição constante mas transparente no homem grego e seu sentido de unidade. O *demos* tinha as suas instituições expostas na díade cidade –sociedade, unidade referente à pátria, que congregava os seus sentimentos e intenções. Defender a pátria era defender a cidade e o que ela representava, seus antagonismos e paixões, consensos e razões.

Razão e paixão são os elementos que constituíam os discursos e debates na agora, coração pulsante da cidade clássica. História e contemporaneidade estavam presentes nas presenças distintas da ágora e da acrópole, pois se na primeira se debatiam as políticas, na segunda se confinavam os destinos. Homens e deuses formam o coração e a mente da civilização clássica.

A acrópole ainda guardava os seus aspectos de fortificação – herança física e espiritual do passado micênico – e a ela os habitantes podiam correr como última defesa da cidade, embora fosse, naquele momento, o recinto dos deuses e seus templos. Mas são os deuses que comandam o destino humano e nossa existência trágica no teatro das nossas vicissitudes, a vida.

A ágora guardava, do período da aristocracia, apenas o debate e a força da palavra e continha o desejo de futuro no calor das decisões filosóficas, políticas, civis. Nela podia-se ver a vida civil retratada nas suas mais diversas formas de mercadores a filósofos, de políticos a soldados, decisões da vida comum – pendengas entre cidadãos – e decisões da vida pública - colônias e guerras – que serão a sua grandeza e a sua desgraça.

Todos os espaços da cidade, próprios da vida civil, eram abertos e acessíveis aos cidadãos. As casas se misturavam com as áreas públicas e religiosas, e não havia distinção de classes sociais, fosse pela relevância da arquitetura ou pela localização na cidade.

A igualdade de direitos era, também, um direito de lugar, um direito de falar e um direito de estar. As práticas públicas, religiosas e civis, congregavam a todos por mais diferentes que fossem, mas que, diante do sentimento comum e das relações de direito, se assemelhavam e criavam a unidade da polis.

O comedimento das construções e das cidades era o comedimento do comportamento do homem clássico que, regado por um sentimento de domínio sobre si mesmo, entendia a sua presença como extensão da sua sociedade. Os atos heróicos do guerreiro não eram mais a noção de virtude em batalha, mas eram, então, a dedicação da vida pessoal na defesa do seu lugar na batalha, seu lugar social, sua cidade. Surge um novo guerreiro, o hoplita, fortemente armado, e que combate em grupo, em formação cerrada, em falange, como relata Vernant (1998):

“Mas o hoplita já não conhece o combate singular; deve recusar, se se lhe oferece, a tentação de uma proeza puramente individual. É o homem da batalha de braço a braço, da luta ombro a ombro. Foi treinado em manter a posição, marchar em ordem, lançar-se com passos iguais contra o inimigo, cuidar, no meio da peleja, de não deixar seu posto.... Até na guerra, a *Eris*, o desejo de triunfar do adversário, de afirmar sua superioridade sobre outrem, deve submeter-se à *Philia*, ao espírito de comunidade.” (pág 51)

Esta comunidade do braço a braço é um sentimento pátrio que se estende à defesa de seu território como em fatos acontecidos nas guerras persas, relatadas por Heródoto. Vemos um relato surpreendente desta compreensão da virtude em guerra e da estrutura psicológica

do cidadão-combatente, cuja virtude abarca todos os sentidos da vida social, ainda em Vernant (1998):

“Heródoto, ao mencionar, após cada narrativa de batalha, os nomes das cidades e dos indivíduos que se mostraram os mais valentes em Platéia, dá a palma, entre os espartanos, a Aristodamo: o homem fazia parte dos trezentos lacedemônios que tinham defendido as Termópilas; só ele tinha voltado são e salvo; preocupado em lavar o opróbrio que os espartanos ligavam a essa sobrevivência, procurou e encontrou a morte em Platéia ao realizar façanhas admiráveis. Mas não foi a ele que os espartanos concederam, com o prêmio da bravura, as honras fúnebres devidas aos melhores; recusaram-lhe a *aristeia* porque, combatendo furiosamente, como um homem alucinado pela *lyssa* (exaltação), tinha abandonado o seu posto.” (pág 51)

A medida da bravura é uma linha arquimediana entre o desejo de morte e o desejo da sobrevivência, pois se a morte pode ser a medida do soldado, a sobrevivência deve ser a da sua pátria, da sua cidade.

Assim se definem os contornos da cidade clássica. Não pode ser medida pelos seus limites de defesa, mas deve ser compreendida pela força tensional entre os elementos e espaços que a constituem : a vida pública, a vida privada, e a vida religiosa.

Na cidade micênica o pátio e o palácio eram circundados pela muralha que dava contorno ao espaço urbano e ao conteúdo da vida urbana. Na cidade clássica, ao contrário, os elementos da vida cívica modelam a personalidade do homem grego e moderam a vida urbana, social.

O cidadão soldado também é filósofo e poeta, a vida na polis fornece a substância do ser político, indivíduo público. Arquíloco foi poeta e soldado, Sólon foi poeta e homem de Estado, Tales foi Homem de Estado e filósofo. Não é mistura ou síntese, é contradição e unidade. Uma unidade que se formou no tempo e no ideal de educação.

## HEITOR E AQUILES, A IGUALDADE NA ASSEMBLÉIA

Homero compôs a *Ilíada* no século VIII a.C., no início da polis e no meio das lutas pelo poder, e não conheceu a cidade que cantou, mas enxergou, com estranhos olhos, a cidade micênica na Tróia da guerra contra os aqueus e projetou o futuro nos valores dentro de seus versos que formaram a base da *Paidéia*, o princípio de educação na Grécia clássica.

A cidade homérica deixa de ser histórica e passa a ser símbolo de formação do caráter espiritual da sociedade que a recebeu como herança.

A *Ilíada* conta a história do cerco que os gregos, aqueus, fazem à magnífica cidade de Tróia e como os troianos defendem seu território, seu lugar, sua cidade. Helena é o motivo desta façanha que gera o palco espiritual para a valoração das ações humanas e sua força de espírito.

A assembleia grega pela qual se inicia a história é uma reunião entre iguais, reis entre si, força aristocrática que exemplifica os ideais de nobreza. As ações dos heróis, e Aquiles o maior entre todos, são o exemplo de comportamento e perseverança que motivam o nobre a lutar e são referências para os homens comuns.

Esta igualdade está quebrada no primeiro canto do poema no momento que Agamemnon retira a escrava Briseida de Aquiles. O que motiva a ira de Aquiles não é a pura passionalidade, a ação impensada, mas a sua nobreza desonrada diante da assembleia. O conflito de Aquiles, que o faz parar de lutar e estremecer os gregos diante dos troianos, é o mesmo motivo que indignou Aristóteles diante do fato de Alexandre pedir que se fizesse reverência à sua pessoa. Nenhum grego se curva diante de outro homem, respondeu Aristóteles. A igualdade é a base desta sociedade cidadã.

No momento que Aquiles novamente se movimenta e luta, dois campos se estruturam com ele, Aquiles, e Heitor, como pólos imantados e simétricos em grandeza. De um lado temos o acampamento dos reis aqueus, seus mil cento e oitenta e seis navios e barracas para mais de cem mil combatentes, conforme Tucídides. Do outro temos Tróia contendo a acrópole de Pérgamo com templos e altares, uma ágora e palácios, como o de Príamo.

Um equilíbrio de força e grandeza que atrai e repele os principais heróis dos dois lados, pois Aquiles e Heitor não são plenamente iguais, são complementares.

A ação de Aquiles é a ação esperada dos nobres aristocratas, para os quais o ímpeto e a força movem o seu desejo de luta. Ao mostrar o seu valor no campo de batalha a sua história carrega o passado do homem clássico que o tem como paradigma formador como podemos ler no livro “PAIDÉIA” de Werner Jaeger (1986) :

“Ainda em outro aspecto é a *Iliada* testemunho de elevada consciência educadora da nobreza grega primitiva. Mostra como o velho conceito guerreiro da *Arete* (honra) já não bastava aos poetas de uma época mais juvenil, mas trazia uma nova imagem do Homem perfeito, para o qual ao lado da ação estava a nobreza do espírito, e só na união de ambas se encontrava o verdadeiro objetivo. E é altamente significativo que seja o velho Fênix, educador de Aquiles, o herói-protótipo dos Gregos, quem exprime este ideal. Numa hora decisiva, Fênix recorda ao jovem o fim para que foi educado:

‘Para ambas as coisas: proferir palavras e realizar ações’

Não foi sem razão que os gregos posteriores viram nestes versos a mais antiga formulação do ideal da formação grega, no seu esforço para abranger a totalidade do humano.” (pág 21)

E as ações de Aquiles serão grandes e não ingênuas. A sua morte é sabida e assim mesmo ele a procura, é a força do seu destino.

O destino também encontra Heitor e não menores são as suas ações. A *Iliada* contrapõe os caminhos dos dois heróis e faz com que Heitor encontre a morte antes, pelas mãos de Aquiles.

Mas a ação de Heitor é diferente, no que resulta a sua complementaridade. Sua preocupação principal é com sua pátria, com sua mulher, seus filhos, enquanto a ação intempestiva e heróica é a característica dos aqueus e, principalmente, de Aquiles.

A grandeza destas forças complementares transparece na morte de Heitor diante dos portões da cidadela.

Heitor mata Pátroclo, amigo de Aquiles ,e provoca neste uma dor aguda de perda e desespero.

Após os funerais de Pátroclo, Aquiles procura por Heitor, em batalha, empurrando as tropas troianas que foge para dentro da cidadela. Heitor acompanha a fuga até os portões, onde é avistado por Aquiles. Duplo momento de reflexão para o herói troiano, da fuga e da luta.

No momento que Heitor chega aos portões é chamado por sua mulher e seu pai para que se refugie dentro da cidadela e há o primeiro conflito, pois sabe que se entrar na cidadela nada segurará Aquiles e Tróia cairá diante do Aqueu. A dúvida sobre a sua vida ou a sobrevivência da cidadela termina quando fecha os portões atrás de si e espera Aquiles. A sua morte é a sobrevivência da cidadela.

Podemos lembrar a história do espartano Aristodamo e suas bravas lutas nas Termópilas e em Platéia. Oito mil gregos, com os trezentos de Esparta, seguraram o exército persa o tempo necessário para que as cidades gregas se preparassem para a guerra. Portões de vida e morte na história da Grécia.

Aquiles depara-se com Heitor diante dos portões e, por outro momento, Heitor pensa se não é possível entrar em acordo com Aquiles, e propõe que aquele que vença não desonre o vencido, que devolva o corpo para os funerais, e é rechaçado por Aquiles.

Não é covardia o comportamento de Heitor, é apenas o resultado da extensão do seu amor. Heitor ama a sua pátria, a santa Ílion, e ama seus familiares, move-se no amor ao seu povo, ao seu filho, à sua mulher. Mas a chama heróica também está presente em Heitor: “não me deixarei matar como uma mulher”. E enfrenta o seu destino.

Se em Aquiles declama-se a imagem do passado, em Heitor proclama-se o homem clássico, o homem grego que viverá o mundo das cidades, o seu amor à pátria e os valores que ela contém.

A busca da ação heróica possui um sentido estético, transcendental, para o homem grego, como compreendeu Aristóteles o conceito de auto-estima como uma forma de valorização da honra e da altivez. A auto-estima é a percepção do mais alto ideal de Homem, uma forma do espírito, uma condição de beleza. Como lemos em Jaeger (1986):

“ Só o mais alto amor deste *eu*, em que está implícita a mais elevada *Arete*, é capaz de ‘fazer sua beleza’... Esta frase curiosa repete-se com insistência, o que mostra até que ponto a mais sublime entrega a um ideal é para Aristóteles prova de um elevado amor próprio.

‘Quem está impregnado de auto-estima deseja antes viver um breve período no mais alto gozo a passar uma longa existência em indolente repouso; prefere viver só um ano por um fim nobre, a uma vida vasta por nada; escolhe antes executar uma única ação grande e magnífica, a fazer uma série de pequenas insignificâncias.’ (pág 25)

O modo de fazer a sua beleza está no sentido das mortes de Aquiles e Heitor, a bela morte, um sentido estético de grandeza de sentimento e percepção do conceito de educação na forma do Homem perfeito.

Uma educação que já estava nos poemas homéricos e chega aos pensamentos filosóficos. Uma beleza de espírito buscada na educação.

Talvez Helena represente, na Ilíada, esta beleza incondicional que anda impassível pelas muralhas da cidadela e chora pelo seu destino. Talvez Helena não tenha sido o motivo real para esta demanda. Talvez não existisse Ilíada sem este motivo.

## **CONCLUSÃO**

Ao longo de vários séculos foram estabelecidos valores na civilização grega que produziram enorme influência no mundo ocidental.

É quase impossível enumerar quantas vezes a filosofia , a arte, a arquitetura e a política gregas foram fundamentalmente revistas para compreender o mundo que nos cerca, interpretá-lo e modificá-lo.

Entendo ser desnecessário classificar alguns destes valores mas apenas abrir um campo crítico sobre o nosso próprio pensamento e como podemos reconstruir o nosso próprio universo através da interpretação histórica.

À luz da interpretação analítica foi possível determinar como os indícios do passado produzem uma estratégia de leitura que permite recompor um fato dentro de um determinado contexto que o explique e nos dê a sensação do seu entendimento, na verdade uma interpretação.

Desta maneira podemos ver autores como Robertson se enganarem quanto à veracidade dos relatos homéricos referentes à Tróia. Não é possível tomar como realidade a descrição feita do palácio de Príamo e outras construções troianas.

As escavações competem em mistério com os versos do poema.

As construções, ou seus indícios, encontradas mostram um largo desenvolvimento da cidade e a existência de um princípio estético nos espaços e suas proporções.

As construções da Grécia continental, ocidental, possui formas e detalhes que se referem às construções de Tróia I e II. Não há relações concretas desta causalidade, apenas uma linearidade proposta pelas suas existências.

Percebe-se, no entanto, um lento e franco desenvolvimento que se faz de 2200 a.C. até o período clássico. Nisto se aportam os exemplos dos megarons pré-históricos e dos templos clássicos que polarizam uma linha de desenvolvimento desta tipologia.

Mas a influência de Tróia se faz nos valores espirituais expostos na Ilíada que serão formadores do homem clássico e das formas urbanas representativas destes valores. Se a cidade homérica é uma forma perdida no seu tempo, a cidade clássica grega é a base das cidades do ocidente.

O exemplo de dualidade que lemos em Tróia é uma forma de leitura da cidade antiga ao mesmo tempo que oferece uma forma de leitura das nossas próprias cidades.

As nossas expressões materiais não estão necessariamente ligadas com nosso universo espiritual, ou nossa cidade ideal não é consoante à cidade real. Os nossos sonhos de mundo provém de campos diferentes do desenvolvimento urbano ao mesmo tempo que se enraízam no nosso tempo e recriam nossas intenções de lugar.

Um mundo de paixão e razão, espírito e matéria, é um sistema de fortes tensões que existe neste universo da cidade de Tróia e permite que vejamos o nosso próprio mundo como este sistema de estranho movimento descontínuo.

Creio apenas que não podemos abandonar a possibilidade de exercer uma crítica sobre o nosso mundo através de seus paradigmas. Paradigmas que alternam e dão o sentido do nosso tempo e, muitas vezes, nos dão uma sensação de impotência diante do nosso 'destino'.

Um dos últimos versos da Ilíada é o encontro do velho Príamo, pai de Heitor, diante de Aquiles, o jovem e forte guerreiro. Pede o corpo do filho morto para que se façam os

funerais e Aquiles, diante do velho abraçado aos seus joelhos, cede o corpo de Heitor. Este comovente verso expõe a força deste momento.

Na confrontação do velho e do novo, a força deste momento, paradigma de ação, é o sentimento que resulta entre os dois. Não há razão ou paixão, mas o amor que Aquiles tem ao seu próprio pai e vê no velho a extensão deste amor.

Talvez seja a melhor forma de ver o nosso tempo, o nosso lugar.

Esta é a força da leitura da *Ilíada* e da compreensão de seu desenvolvimento que dá ao ocidente a profundidade de suas idéias e que, velho como Príamo, continua a abraçar os joelhos de Aquiles, Homero.

## **BIBLIOGRAFIA**

ARGAN, G. C. () **Historia del arte como historia de la ciudad**. Barcelona, Editorial Laia.

BENEVOLO, L. (1983) **História da cidade**. São Paulo, Editora Perspectiva

BONNARD, A. (1980) **A civilização grega**. Lisboa, Edições 70

BURNS, E. M. (1980) **História da civilização ocidental**. Rio de Janeiro, Editora Globo

COULANGES, F. De (1981) **A cidade antiga**. São Paulo, Martins Fontes.

HOMERO (1986) **Ilíada**. São Paulo, Círculo do Livro.

HOMERO (2002) **Ilíada** – tradução de Haroldo de Campos. 2ª edição, São Paulo, Editora Mandarim

JAEGER, W. (1986) **Paidéia**. São Paulo, Martins Fontes

JELLICOE, Geoffrey e Susan (1995) **El paisaje del hombre**. Barcelona, Gustavo Gili

LAWRENCE, A. W. (1996) **Arquitetura Grega** . São Paulo, Cosac & Naify Edições Ltda

MINOZZI, C. L. (2000) **A Arquitetura Grega Clássica** , 1ª fase da pesquisa, no prelo da UNIABC.

MORRIS, A. E. J. (1985) **Historia de la forma urbana**. 2ª edição, Barcelona, Gustavo Gili

MUNFORD, L. (1965) **A cidade na história**. Belo Horizonte, Editora Itatiaia.

NORBERG-SCHULZ, C. (1983) **Meaning in Western Architecture**. Terceira edição, Milão, Rizzoli

ROBERTSON, D. S. (1997) **Arquitetura Grega e Romana**. São Paulo, Martins Fontes.

STIERLIN, H. (1997) **Greece**. Köln, Taschen

VERNANT, J.P. (1998) **As origens do pensamento grego** . Rio de Janeiro, BCD União de Editoras

VERNANT, J.P. (2001) **Entre mito e política**. São Paulo, EDUSP

VIDAL-NAQUET, P. (2002) **O mundo de Homero**. São Paulo, Companhia das letras.

VILLALBA , A. C. (1995) **Historia de la construcción arquitectónica**. Barcelona, Edicions UPC